



Crítica e cidadania no noticiário Redator de Plantão da Radiojornal AM¹

Flora Leite FREIRE²

Heitor Costa Lima da ROCHA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Tendo em vista as potencialidades inerentes ao meio radiofônico para assuntos de cunho político e democrático, este artigo se propõe a analisar o caso do radiojornal Redator de Plantão transmitido pela emissora AM do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. A análise teve como foco o mês de outubro de 2011. Para isso, foram estabelecidas categorias, desde os posicionamentos políticos até o sexo das fontes consultadas, aplicando referenciais teóricos construtivistas de Jürgen Habermas, Gaye Tuchman e Warren Breed. Ao fim, ficou constatada a tendência majoritária de imposição de um pensamento único, sem estabelecimento de um debate consistente sobre as questões abordadas, evidenciando a ausência de uma diversidade significativa de fontes e versões.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Radiojornal; Teoria do Jornalismo.

1 Pernambuco falando para o mundo

A Rádio Jornal (AM 780 kHz), vinculada ao Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, segundo informações contidas no site www.radiojornal.com.br, teve origem em 1948. Sendo considerada, nesta época, a mais moderna estação de rádio do Brasil, a emissora adotou o slogan “Pernambuco falando para o mundo”, dando impulso a inovações, tal como ocorreu anos depois, em 1996, com sua entrada na era da Internet. Atualmente, o site, em conjunto com o Blog dos Bastidores www.jc3.uol.com.br/blogs/blogdosbastidores, exibe transmissões ao vivo,

¹ Trabalho apresentado no IJ01- divisão de Jornalismo do Intercom Júnior- evento componente do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação em Jornalismo do 5º período da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: flora_freire@hotmail.com.

³ Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e orientador do projeto de iniciação científica “Crítica e cidadania no Radiojornalismo Pernambucano: o caso do noticiário Redator de Plantão da Rádio Jornal AM”, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência no Estado de Pernambuco (FACEPE) de agosto a dezembro de 2011, a partir do qual foi desenvolvido este trabalho. E-mail: helrocha@gmail.com.



textos redigidos e parte de seu acervo contido em uma biblioteca de áudio. Dentre os programas transmitidos via web, está o Redator de Plantão, objeto de estudo deste artigo.

O Redator de Plantão é transmitido diariamente das 6h às 6h40, de segunda a sábado. Em suas edições predominam notícias sobre a capital e o interior de Pernambuco, dividindo-se em blocos temáticos, artigo de opinião, notícias direto de Brasília, dentre outras, de modo que, para este trabalho, foram utilizadas matérias com ênfase política.

Tendo em vista o crescente debate pela adaptação tecnológica e a melhoria nos recursos técnicos para emissão, aqui será enfatizada a importância do conteúdo. Seguindo corrente contrária a um debate mais atual, porém não menos rica, pretende-se rever conceitos de representatividade, democracia e cidadania propiciadas ou supostamente proporcionadas pelos meios de comunicação. Afinal, de que forma é possível afirmar a representatividade na mídia? Que recursos devem ser mobilizados para garantir um debate político amplo? Quais as peculiaridades do rádio em seu âmbito discursivo? Sobre essa última questão, McLuhan (2005) explica:

Notícias, hora certa, informações sobre o tráfego e, acima de tudo, informações sobre o tempo agora servem para enfatizar o poder nativo do rádio de envolver as pessoas umas com as outras. O tempo é um meio que envolve todas as pessoas por igual. As várias fontes do tempo constituem o tópico principal da rádio, banhando-nos em fonte de espaço auditivo- ou lebensraum (p. 144).

Ora, sendo um veículo de fácil acesso e abrangente na sociedade, o rádio gera espaços discursivos tanto hegemônicos quanto contra-hegemônicos, tornando possíveis transformações em nome de uma coletividade. Por outro lado, o pouco tempo de que dispõe, pode limitar o aprofundamento e a democratização das abordagens.

Estes são alguns aspectos desta pesquisa, financiada de agosto a dezembro de 2011, pela FACEPE, Fundação de Amparo à Ciência no Estado de Pernambuco. O apoio favoreceu análises quantitativas e qualitativas do radiojornalismo político no Estado, representadas no estudo de caso sob uma ótica construtivista.

Para tanto, foram preenchidas 143 fichas de registro, totalizando 24 dias de gravação, equivalentes a 960 minutos de áudio. Valores obtidos excetuando-se os dias de domingo, tal como três gravações, perdidas por falhas técnicas, gerando a margem de 1% de erro.



O que sucede nos tópicos seguintes, por consequência, é uma ampliação deste projeto, analisado à luz de teorias propostas por cientistas como Jürgen Habermas, Warren Breed e Gaye Tuchman. Acrescenta-se a isso, uma posterior entrevista, feita com o coordenador do programa analisado.

2 Conversando com os autores

Sabe-se até então que o rádio é um meio de comunicação agregador, que possibilita velocidade e praticidade na troca de informações, porém, no que se refere ao conteúdo político, cabem novas observações. Uma delas é o conceito de esfera pública, inerente à exposição midiática.

A linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado. O setor público limita-se ao poder público. Nele ainda incluímos a corte. No setor privado também está abrangida a “esfera pública” propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida. A esfera pública política provém da literária: ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade. (HABERMAS, 1984, p. 45-46).

Ressaltando a origem burguesa da representatividade pública com o surgimento da imprensa propriamente dita, o autor enfatiza as discussões em Cafés, locais em que a elite intelectual se reunia para formar o que até então era entendido, em uma visão reducionista, como opinião pública. Tal opinião, por sua vez, sustenta-se mediante o status, demonstrado na vestimenta, no comportamento, dentre outras séries de códigos sociais, restritas ao grupo. A burguesia, assim, fazia valer um discurso ideológico e, por vezes hegemônico, sendo ela mesma a detentora de tal poder econômico, o que mais tarde caracterizaria a transição de um jornalismo essencialmente opinativo para seu uso comercial, favorável às classes letradas.

Estando desde o começo atrelado à política, o jornalismo inicia um âmbito de discussão oral, âmbito este que comunica a todos igualmente, sejam letrados ou não letrados, ressaltando as problemáticas de uma classe até então sem representatividade. Em outras palavras,



Não por causa dos famosos decretos sobre as vestimentas, mas em função dos preços das taxas e dos impostos, sobretudo em função das intervenções públicas na economia doméstica privatizada é que se constitui, finalmente, uma esfera crítica: quando há falta de trigo, é por meio de um decreto que se proíbe o consumo de pão às sextas-feiras. Já que, por um lado, um setor privado delimita nitidamente a sociedade em relação ao poder público, mas, por outro lado, eleva a reprodução da vida acima dos limites do poder doméstico privado, fazendo dela algo de interesse público, a referida zona de contato administrativo contínuo torna-se uma zona “crítica” também no sentido de que exige a crítica de um público pensante. O público pode aceitar esta exigência tanto mais porque precisa apenas trocar a função do instrumento com cuja ajuda a administração já tinha tornado a sociedade uma coisa pública em sentido estrito: a imprensa (HABERMAS, 1984, p.39).

Como resultado, surgem parcerias entre grupos privados e de interesses estatais. Não bastava, portanto, tornar público o que era privado, mas principalmente privatizar serviços públicos. O antagonismo, para Habermas (1984), seria crucial, determinando a necessidade de uma imprensa cada vez mais autônoma. Para ele “somente esta dialética de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente com a estatização progressiva da sociedade, é que pouco a pouco destrói a base da esfera pública burguesa: a separação entre Estado e sociedade.” (p.170).

Vale ressaltar também que, para o autor, a dialética representada pelo conflito, é um meio de controvérsias a tal ponto que estas mesmas constituiriam um discurso racional, ou seja, fariam a síntese, transpondo a quantidade de argumentos para sinônimo de qualidade, como afirma na obra “Direito e democracia: entre a facticidade e a validade”. Para isso, faz-se necessária a controvérsia significativa, ou seja, a participação de diversos grupos sociais, tornando o resultado da comunicação uma produção de generalidade. Esta seria a síntese para a formação da opinião pública sobre determinado assunto.

Por outro viés, Warren Breed (1999) aponta o surgimento de culturas não só por parte do jornalista, como da própria imprensa. Acreditava-se que a busca pela objetividade e por uma postura imparcial seria a melhor maneira de garantir a isenção, conquistando, dessa forma, a confiança do público cada vez mais diverso. Ocorre, no entanto, que é impossível estabelecer alguma linha editorial sem vestígios de parcialidade. O proprietário de uma empresa naturalmente tem muito a dizer e, por essa razão, adota recorrentes estratégias, refletidas na seleção temática de matérias e no enfoque pretendido, em decorrência das empresas que financiam o jornal.



Por fim, essas intenções seriam camufladas seguindo a possível objetividade, presente em códigos de ética e procedimentos descritos pela própria empresa. Questão comentada pelo mesmo autor em sua teoria organizacional: segundo Breed, dentro deste universo existem normas profissionais tácitas, que geram obrigações do jornalista não apenas para com seu público, mas também para com a empresa e seus colegas de trabalho. A factualidade surge nesse contexto como uma arma, quanto mais simplória e descritiva a atividade jornalística, acreditava-se que maior seria a chance de contato com a realidade.

Para Gaye Tuchman (1999) autora de “A objetividade como ritual estratégico”,

Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar a “objetividade”, argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias objetivas. Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os “fatos” de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados. (p.78)

Essas pretensões são, portanto, parte do sistema descrito por Breed, sustentado sobre a denominada teoria do espelho, em que o jornalista seria capaz de retratar a realidade tal como esta se apresenta, integrando uma única verdade. Esta teoria se opõe à descrita por Habermas, onde todo o produto jornalístico é base de uma construção, consolidando, assim, o anseio por uma visão democrática, sendo o meio de comunicação não apenas um reproduzidor, mas questionador dos interesses sociais.

Quanto ao produto noticioso, este varia de acordo com diversos critérios, denominados valores-notícia, segundo a classificação descrita por Traquina (2004). Esses valores notícia são divididos em dois grandes grupos: os valores de seleção e de construção, sendo ambos interdependentes. Os valores de seleção, de forma geral, fazem referência à avaliação direta do fato, cedendo destaque a detalhes como o conteúdo a ser veiculado pela empresa, o contexto de produção da notícia, dentre outros. Os valores de construção dizem respeito a diversos outros fatores como, por exemplo, dramaticidade do assunto, complexidade do fato e relações com narrativas já estabelecidas.

Acontece, no entanto, que o meio de comunicação também age como um modelador contextual. Após a seleção e a criação do produto, surge uma nova etapa, a recepção e assimilação deste conteúdo por parte do público, o qual varia não apenas de acordo com o conteúdo, mas com o meio em que a notícia é transmitida. Para McLuhan,



no entanto, “o meio, o canal, a tecnologia em que a comunicação se estabelece não apenas constitui a forma comunicativa, mas determina o próprio conteúdo da comunicação.” (POMBO, 2012). Visão menos detalhada em relação à proposta por Traquina, porém útil à percepção de uma cultura oral, dotada de maior proximidade, imaginação e efemeridade, se comparada imprensa escrita.

É por esses e outros motivos que o rádio, especificamente como meio de transmissão do conteúdo político, torna-se uma referência genuína. Propondo uma esfera crítica e conversacional, este meio revive a democracia aos moldes da pólis grega, questão intrínseca ao debate político.

3 Análise das frequências

Para a análise, como enfatizado desde o início, foram realizadas gravações do programa Redator de Plantão, cada uma com 40 minutos, incluindo intervalos comerciais. Em outros termos, dos 960 minutos gravados, pouco mais de 720 se destinam à programação propriamente dita, gravada durante o mês de outubro de 2011, excetuando-se os dias de domingo e três gravações perdidas, as quais totalizam aproximadamente 1% de margem de erro.

A gravação do noticiário, exibido das 6h às 6h40, só foi possível devido à transmissão online no site da radiojornal, em meio à pouca disponibilidade de rádios analógicas e com transmissões AM. Após esta etapa, foram preenchidas as fichas de registro obedecendo ao modelo abaixo:

Ficha nº X de Registro/2011

Data: XX.10.11

Bloco noticioso () Sim () Não

Título:

Q01 Veículo

1(X) JC- Radiojornal

Q02 Tipo de Notícia

0() Não Passível de Controvérsia Significativa

1() Passível de Controvérsia Significativa

Q03 Versões

0() Versão Única com uma fonte 1() Versão Única com mais de uma fonte

2() Mais de uma versão com diversidade significativa 3() Mais de uma versão com diversidade sem sentido ou marginalizada 4() NA

Q04a Sexo

1() Feminino 2() Masculino 3() Feminino e Masculino 4() NA

Q04b Nível de Cobertura

1() Nacional 2() Estadual 3() Municipal 4() Nacional e Estadual



5() Nacional e Municipal 6 () Estadual e Municipal

Q04c Posicionamento

1() Governista 2() Opositorista 3() Governista e Opositorista

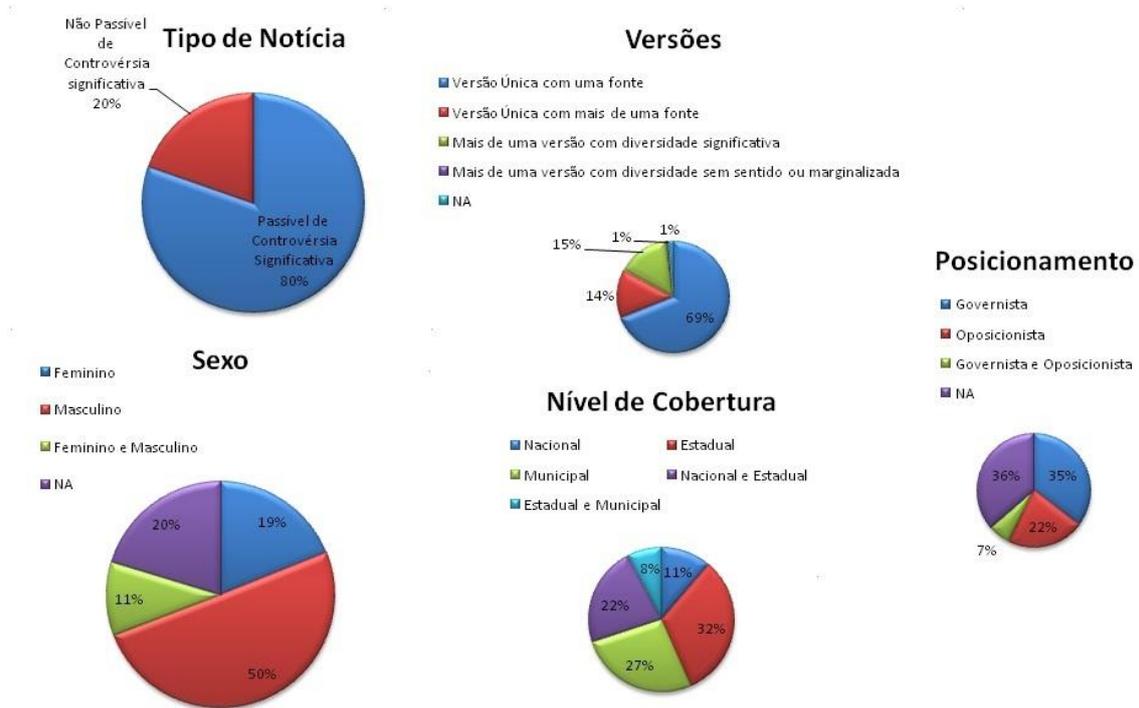
4() NA

Obs:

Em seguida, foram categorizadas as subdivisões do jornal, excetuando-se artigos de opinião e editorias que não diziam respeito ou não abrangiam questões políticas. Tais artigos, em particular, dificultavam a resposta ao item Q03 sobre a origem das versões, uma vez que nem todas as fontes eram explicitadas e nem todos os argumentos expostos correspondiam de fato à visão do jornalista.

Outro fator analisado na reportagem foi a origem de blocos noticiosos, ou seja, quando notícias aparecem de maneira vinculada ou dependentes, prolongando uma determinada discussão. Estes casos foram mais raros, apresentando apenas 19 registros, pouco mais de 1% das matérias analisadas, e diziam respeito a greves, problemas de trânsito, protestos, campanhas de saúde e acusações contra grandes empresas.

Com relação ao tipo de notícia, aproximadamente 80% das matérias analisadas apresentaram controvérsia significativa, aos moldes da teoria de Habermas, uma controvérsia legítima. Os demais 20%, no entanto, ressaltam as constantes dificuldades da mídia em abranger assuntos políticos de forma totalmente inclusiva. Isso tendo em vista que o aparecimento de qualquer que seja a fonte gera uma representação, seja esta depreciada ou não, questão debatida na análise das versões.



De acordo com o gráfico sobre as diferentes versões, apresentado acima, pode-se observar que foram assinaladas as seguintes variáveis: versão única com uma fonte (69%), versão única com mais de uma fonte (14%), mais de uma versão com diversidade significativa (15%), mais de uma versão com diversidade sem sentido ou marginalizada (1%) e nenhuma das alternativas (1%). A intersecção entre as maiores frequências do primeiro e do segundo gráfico demonstram assim, a existência de contradição e relevância acerca de determinado assunto, porém, com a interpretação de um único ator.

Em segundo lugar, a versão única com mais de uma fonte dá a sensação de diversidade, enquanto a diversidade real só ocorre em 15% dos casos. Casos de depreciação involuntária ou contextual do entrevistado, assim como de fontes não oficiais ou não declaradas representam, juntos, 2% do total.

No que se refere ao posicionamento oposicionista, governista, de ambas ou nenhuma dessas formas, a percentagem foi relativamente equilibrada. Há que se destacar, no entanto, a primazia pelo não posicionamento (NA) em 36% dos casos; em segundo lugar, o posicionamento governista em 35% das matérias; em terceiro lugar, a



oposição, com 22%; e, por último, a visão bilateral, em 7% dos casos. Ressaltando que a margem de erro é de 1%, o que torna possível um empate entre os dois primeiros casos.

Interpretando as percentagens, isto significa que na maioria dos casos os assuntos políticos ou se tornam isentos de posicionamento, como no caso de notas explicativas e informações rápidas, ou retomam a agenda do governo, sem expor a opinião da oposição. A opinião da oposição, por sua vez, apresenta-se de forma isolada e raramente reflete confrontos diretos.

Quanto ao nível de cobertura, os dados se apresentaram da seguinte forma: nacional, 11%; estadual, 32%; municipal, 27%; nacional e estadual, 22%; nacional e municipal, 0%; estadual e municipal, 8%. Isto reflete a preocupação do jornal em abranger o estado de Pernambuco como um todo, atendendo às necessidades dos municípios e integrando-o de modo indireto, ou seja, representado pelo Estado em esfera nacional. Fato pelo qual provavelmente a relação entre nação e municípios não aparece de forma direta. O mesmo ocorre entre os âmbitos estadual e municipal, que na maioria das vezes não são referidos simultaneamente em uma mesma notícia.

No que se refere ao gênero das fontes, em primeiro plano, aparece a representação masculina com 50%; em segundo lugar, a não identificação da fonte, com 20%; em terceiro lugar, o gênero feminino, com 19% dos casos. E, por último, a representação de ambos os sexos, em 11% do total. Considerando a margem de erro, há então um empate técnico entre a representação feminina e a não identificação da fonte. Esse dado ressalta, por um lado, a facticidade e a representação institucional e, por outro, a ainda pouca representatividade do sexo feminino.

5 Traçando o perfil

Em entrevista com Carlos Morais, coordenador do programa Redator de Plantão, transmitido pela Radiojornal AM, pôde-se perceber as peculiaridades dos assuntos políticos transmitidos pelo rádio. Se comparada à editoria de cidades, em que ligações de ouvintes e mensagens por twitter exercem papel fundamental, a abordagem política possuiria menor flexibilidade de acesso à informação. Segundo o jornalista, parte das informações advém de assessorias de órgãos institucionais, tais como: Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, assessorias de partidos políticos, Governo do Estado de Pernambuco, Parlamentares, dentre outros.



Isso, afirma o entrevistado, não exclui a participação de cientistas políticos, Organizações Não Governamentais, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público, por exemplo, como contraponto à informação.

Sobre a inserção de sonoras, Morais destaca: “Cada programa tem, em média, de 15 a 18 sonoras distribuídas ao longo de 21 a 25 laudas”. Já sobre os gêneros jornalísticos, o profissional apontou o uso de flashes assinados, para indicar matérias urgentes. Para decidir os tipos de transmissões e selecionar as sugestões de ouvintes, não há reunião de pauta.

Acerca das edições publicadas em outubro de 2011, também podem ser ressaltadas as diferenças entre o ano pré-eleitoral e o ano de 2012, em que ocorrem eleições municipais. Sobre o assunto, o entrevistado afirma que “em ano eleitoral sempre há maior repercussão”. Motivo pelo qual a Radiojornal, assim como o programa analisado, pretende ampliar discussões, promovendo debates no interior do Estado, acentuando o enfoque municipal e incluindo comentários do jornalista Aldo Vilela, na programação do Redator.

Questionado sobre que fato poderia ter adquirido maior destaque no mês analisado, Carlos Morais afirma: “talvez a questão da briga no PT, envolvendo o prefeito do Recife, João da Costa”.

6 Considerações finais

Percebe-se a partir dos dados expostos a primazia pela versão única com única fonte devido à composição do radiojornal e à sua instantaneidade. O uso de versões únicas com apenas uma fonte ocorreu em 69% das gravações, enquanto as versões diferenciadas e com diversidades significativas transpareceram em 15% do material analisado.

A pouca proximidade do público com os temas políticos, como citado acima, embora seja um fator relativo, leva à reflexão sobre a separação entre Estado e sociedade, citada por Habermas (1984). A versão única, tanto pela credibilidade quanto pelo pouco espaço de tempo concedido ao rádio, leva a possíveis institucionalizações de discursos nesta editoria e no veículo mencionado. Por consequência, argumentos da esfera governamental raramente são confrontados com a opinião pública que, em determinados casos, também é representada por órgãos institucionais.



Por outro lado, há diferença de inserção do cidadão em questões políticas a depender do tema tratado. Se este é relacionado a metas de um determinado partido, questões políticas internas a órgãos do legislativo ou casos relacionados, a tendência é que haja uma “despolitização”, no que se refere à interferência do público ouvinte que normalmente pouco atua em tais casos. Há também ocasiões em que a passividade consiste na falta de participação do ouvinte pela falta de tempo disponível na rádio.

A participação efetiva acentua-se na medida em que se aproxima o período eleitoral, como dito pelo jornalista. Nisso há como pressuposto uma maior e espontânea participação da sociedade, o que resulta em situações atípicas. O ato eleitoral, porém, não é a única maneira de representação da cidadania e, além de ser um direito é também um dever do cidadão.

As coberturas municipais e cada vez mais locais são prioridade na transmissão radiofônica, embora tenha adquirindo segundo lugar no gráfico analisado. Ou seja, enquanto o curto espaço de tempo leva à institucionalização das fontes, as temáticas tendem a ser mais próximas do público. Acrescente-se a isso o não aparecimento de imagens, que contribui para discussões mais igualitárias, ao excluir códigos sociais existentes nas vestimentas e no comportamento humano. Estes são alguns dos fatores que, se bem utilizados, contribuem para uma maior eficácia do veículo, especificamente em período de eleições municipais, como a prevista para outubro de 2012.

Referências

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.2, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MCLUHAN, Marshall. Rádio: o tambor tribal. In: MEDITSCH, Eduardo. (Org). **Teorias do rádio**. Florianópolis: insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.



TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, Teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

POMBO, Olga. O meio é a mensagem. **McLuhan**: a escola e os media. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/cadernos/mcluhan/estudo_mcl_olga.pdf>. Acesso em: 11 março 2012.